

Centrão volta a se unir para retirar "absurdos"

Arquivo 19/04/88



A aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, provavelmente esta semana, marcará o renascimento do Centrão e dará impulso

à operação "pente-fino" que a ala conservadora pretende promover durante votação do segundo turno na Constituinte. Pelo menos esta é a expectativa de dois articuladores do movimento, o senador Jarbas Passarinho (PDS/PA) e o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB/RS), que garantem lutar para reverter "aberrações", como a licença paternidade, tabelamento dos juros bancários, direito de greve, jornada de trabalho de 44 horas e nacionalização da exploração de minérios.

O líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, afirmou que preliminarmente o Centrão não existe mais, lembrando que o grupo surgiu apenas para mudar o regimento interno, transformando-se depois de "uma massa informe, inorgânica e desorganizada". A pretensão, neste momento, é uma nova articulação e regimentação do Centrão visando aprovar o mandato de cinco anos para o presidente Sarney e, em seguida, retirar "os absurdos" já aprovados, durante o segundo turno de votações da Constituinte.

O deputado Luis Roberto Ponte revela que cresce, entre os parlamentares, um movimento de esforço para promover inúmeras supressões no texto constitucional. "Acredito que a polarização de idéias, nas votações de segundo turno, poderá contribuir para que, com uma simples troca e supressão de palavras, possamos elaborar uma Constituição moderna, ágil e auto-aplicável", disse.

Tabelamento

Confiantes, os dois centristas acreditam que a operação pente-fino, se bem organizada, poderá retirar alguns pontos, como o tabelamento em 12% dos juros bancários. Por um provável acordo, o Centrão irá lutar para que o conceito fique ingerido no comando constitucional, mas que a fixação do limite seja alvo de lei ordinária. Outro ponto polêmico é o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, que o Centrão simplesmente pretende excluir do texto. "Se mantido este dispositivo, o setor da construção civil ficará inviabilizado", afirmou Ponte.

O aumento de 44 para 48 semanais para a jornada de trabalho também é outra meta do Centrão, assim como a manutenção das bolsas de estudos para as universidades e a comercialização do sangue e seus derivados. Outra tentativa será alterar o texto da nacionalização dos minérios, o direito de greve e a imprescritibilidade de ações trabalhistas para o setor agrícola.

Empresário contra avanço trabalhista

Porto Alegre — Os empresários gaúchos estão prontos para pressionar os constituintes para que mude seu voto no segundo turno de votação e diminuam os direitos obtidos pelos trabalhadores. De acordo com dados da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Rio Grande do Sul, os direitos aprovados aumentarão os gastos com a folha de pagamento em 34% para o comércio e 28,49% para a indústria. Os empresários fizeram levantamento minucioso dos gastos que cada medida aprovada no primeiro turno causaria, mas não revelaram qual e a proporção dos gastos com a folha de pagamento em relação aos total de seus custos.

Disposições gerais trarão polêmicas

O plenário da Constituinte pode iniciar esta semana a votação do ato das Disposições Gerais e Transitórias, que além de fixar o mandato do presidente José Sarney dispõe, em outros 63 artigos, sobre temas como: prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, eleições gerais, efetivação de funcionários públicos, anistia para civis e militares, criação de novos estados e regras preliminares para formação de novos partidos políticos.

Até a anulação da fusão do estado da Guanabara com o Rio de Janeiro será examinada



Jarbas Passarinho é um dos articuladores da volta do Centrão

PFL quer evitar mais demora

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço, pretende discutir com o líder do PMDB, senador Mário Covas, a votação do longo e complexo capítulo das Disposições Transitórias, para evitar demora na hipótese de dificuldades nos acordos. "Não dá para alongar mais os trabalhos da Constituinte. O País inteiro está aguardando a nova Constituição e o nosso dever é não protelar mais" — disse Lourenço.

Por sugestão do deputado Aloysio Chaves (PFL-PA), o líder do PFL vai propor a Mário Covas acordo nos pontos possíveis de consenso. Os assuntos polêmicos, depois de uma ou duas tentativas de acor-

do, deveriam ser submetidos a votação no plenário, para decisão no voto.

Acha José Lourenço que seria a melhor maneira de se evitar vários dias de intermináveis reuniões, com o risco de não se chegar a acordo nas questões controvertidas.

Durante todo o dia de ontem, com a vice-líder Rita Furtado (RO) e assessores, o líder do PFL manteve contatos com coordenadores das bancadas regionais e inúmeros constituintes, pedindo a cada um estar em Brasília a partir de hoje à tarde. Ele acredita que, sem incidentes regimentais, mandato de Sarney e anistia poderão ser definidos até quinta-feira.

Até julho começa o 2º turno

Se as votações da parte restante do projeto de Constituição prosseguirem normalmente, sem manobras de obstrução, o exame da matéria, em segundo turno, poderá começar por volta do dia 1º de julho.

Essa é a previsão do relator Bernardo Cabral. Ele acredita que o primeiro turno poderá encerrar-se no dia 10 de junho. Ficariam esta e a próxima semana para conclusão do Título VIII (só falta o capítulo referente aos índios) e o exame das disposições gerais e transitórias, que têm alguns pontos muito polêmicos, como a questão do mandato do presidente Sarney e a ampliação da anistia.

De acordo com regimento interno da Constituinte, encerrada a votação em primeiro turno, abre-se prazo para o relator preparar a redação da matéria aprovada. Se se confirmar a previsão do dia 10, esse prazo terminaria no dia 17. Mas o trabalho está bastante adiantado. Uma comissão de redação, designada por Ulysses Guimarães e por ele próprio presidida, está examinando a sugestão de redação preparada pelo relator Bernardo Cabral e seus auxiliares. Cabral acredita poder reduzir para dois ou três dias o prazo de sete.

Prazos menores

Mesmo admitindo-se que o prazo seja todo consumido ou que haja atraso na votação do primeiro turno, a redação poderia estar pronta no dia 17. No dia seguinte, ela será publicada. A seguir, entrará em discussão, em plenário, por cinco dias, durante os quais serão também apresentadas as emendas. No segundo turno não há mais emen-

das modificativas ou substitutivas. Só serão admitidas emendas supressivas (cada constituinte pode apresentar até quatro) e emendas destinadas a sanar omissões, erros ou contradições ou para correção de linguagem.

Esse prazo terminaria no dia 23. Em seguida, o relator teria mais cinco dias para apresentar parecer sobre as emendas. Cabral imagina poder também reduzir esse prazo. Ele fará como fez em relação às emendas, bem mais numerosas e complexas, no primeiro turno: ao fim de cada dia, recolherá todas as emendas apresentadas e, com seus auxiliares, passará a noite e a madrugada examinando-as. Seu parecer poderá estar pronto, portanto, no dia seguinte ao do encerramento do prazo para a apresentação de emendas.

Mesmo contando, pois, com atraso de uma semana na votação do primeiro turno, haveriam condições, segundo Bernardo Cabral, para se iniciar a votação em segundo turno no final do mês ou no início de julho. Daí para frente, ele acha que não dá para fazer previsão. Mas essa etapa não deverá ser muito demorada. Grande parte do projeto de Constituição já foi aprovada com base em acordo entre as lideranças, deixando-se, em geral, para a lei complementar ou ordinária regular questões controvertidas. Restam uma ou duas dezenas de pontos que alguns setores vão tentar suprimir. Isso será decidido no voto e o processo é rápido. Depois, só restará a votação da redação final. E então, a Constituição estará pronta para ser promulgada.